



PAULA DE CASTRO NUNES SANTOS

**A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA DO
GOVERNO LULA: UMA ANÁLISE DO
BALANÇO DE PAGAMENTOS E
COMPARATIVO COM O PERÍODO FHC**

LAVRAS – MG

2015

PAULA DE CASTRO NUNES SANTOS

**A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA DO GOVERNO LULA: UMA
ANÁLISE DO BALANÇO DE PAGAMENTOS E COMPARATIVO COM
O PERÍODO FHC**

Monografia apresentada ao
Colegiado do Curso de
Administração Pública, para a
obtenção do título de bacharel.

Orientador:

Dr. Renato Silvério Campos

LAVRAS-MG

2015

PAULA DE CASTRO NUNES SANTOS

**A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA DO GOVERNO LULA: UMA
ANÁLISE DO BALANÇO DE PAGAMENTOS E COMPARATIVO COM
O PERÍODO FHC**

Monografia apresentada à
Universidade Federal de
Lavras, como parte das
exigências do curso de
Administração Pública, para
obtenção do título de bacharel.

APROVADA, em 19 de Junho de 2015.

Ms. Juciara Nunes Alcântara

Dr. Renato Silverio Campos

Dr. Renato Silvério Campos

Orientador

LAVRAS – MG

2015

Ao meu filho, Pedro Nunes Santos Vilela, por me olhar nos olhos de forma a poder me dar os maiores e melhores conselhos. Sei que com os seus passinhos dados pelas suas próprias pernas, talvez não consiga ir muito longe, mas a força do amor que eu sinto por você, percorre distâncias inimagináveis.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus por ter me proporcionado a oportunidade alcançar tal vitória.

À Universidade Federal de Lavras, seus docentes, corpo técnico e administrativo por contribuírem de forma relevante para a minha formação.

Ao meu orientador, Renato Campos Silvério, pelo suporte, paciência, e por ter consigo a arte e o dom de ensinar.

Aos meus pais, obrigada, por iluminar meus caminhos com amor, dedicação e valores.

Ao meu namorado, Alan Pereira Vilela, pelo companheirismo e paciência.

Aos parentes e amigos, agradeço pelo incentivo e amor incondicionais.

“Governar é uma arte. Não é um negócio, não é uma técnica, não é uma ciência aplicada. É a arte de conseguir que o ser humano viva em paz e razoavelmente feliz”.

Felix Frankfurter

RESUMO

A relação internacional constitui uma área fundamental para representar os interesses do Estado no relacionamento com o exterior. Ela busca satisfazer as necessidades de um determinado país, por questões de sobrevivência, ou mesmo, por interesse do Estado (OLIVEIRA, 2005). Sob esta linha de raciocínio, não há como negar a importância do papel das políticas públicas, que se referem a relação internacional de um país, e o impacto que esta gera sobre a economia. Nesse sentido, o presente trabalho busca analisar a política externa do governo Lula e seus impactos sobre o Balanço de Pagamentos. Além disso, busca descrever a política externa brasileira durante o governo Lula, apresentar o balanço de pagamentos brasileiro e comparar o desempenho externo do Governo Lula com o governo de Fernando Henrique Cardoso. Para tanto, pautaremos em autores como Oliveira, Amado, Abel, Bernanke e Kroushore, Alencar, Almeida, Souza e Vaz para fundamentar toda a análise. Os resultados apontam que as políticas públicas das relações internacionais implementadas pelo governo FHC só foram percebidas no governo Lula por se tratarem de políticas de desenvolvimento a longo prazo. Governo este que realizou alterações e aprimorou essas políticas, gerando transformações internacionais.

Palavras-chave: Balanço de pagamento. Governo Lula. Relações Internacionais.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Saldos das Conta capital e Financeira..... e Balança comercial no período FHC (1995-2002)	25
Gráfico 2 - Saldos das Conta capital e Financeira..... e Balança comercial no período LULA (2003-2010)	31

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1 Objetivos.....	10
2. REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1 Os determinantes do balanço de pagamentos	11
2.2 Economia Aberta	12
2.3 Vantagens e Desvantagens de uma abertura comercial e de capital ...	14
3. METODOLOGIA.....	17
3.1 Quanto a abordagem	17
3.2 Quanto aos procedimentos.....	18
3.3 Quanto a base de dados.....	18
3.4 Quanto à análise de dados.....	19
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	20
4.1 A Política Externa do Governo Lula.....	20
4.2 Análise da Balança de Pagamentos do Brasil de 1995 a 2010.....	24
4.2.1 Primeiro Governo FHC.....	24
4.2.2 Segundo Governo FHC.....	28
4.2.3 Governo Lula, primeiro governo.	31
4.2.4 Segundo Governo Lula	34
4.3 Governo Lula Vs. Governo Anteriores	34
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
6. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS	45
7. ANEXOS	49

1. INTRODUÇÃO

O Governo de Luiz Inácio Lula da Silva teve início em 2003, quando se elegeu presidente brasileiro pela primeira vez, em sua quarta tentativa de chegar ao poder.

Um governo tem que ser pautado em várias vertentes, ou seja, é preciso um equilíbrio conjuntural para que seja bem sucedido. Para tanto, uma das áreas que devem ser consideradas, é a política externa. Uma vez que com a globalização, os outros países do mundo passam a influenciar diretamente no Brasil.

Para Souza (2011, p.1): “política externa do governo Lula evidenciou desde o seu início, sua motivação para acelerar o processo de integração da América do Sul e do Mercosul”. Tanto que, em seu discurso de posse, Lula afirmou “a grande prioridade da política externa durante o meu Governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social” (BRASIL, 2008).

Conforme Souza (2011, p.02):

O fortalecimento da integração regional por meio de iniciativas como a UNASUL demonstra a habilidade da diplomacia em questão em lidar com governos de distintas orientações ideológicas. A política externa do governo Lula possui um bom campo de relação tanto com governos de esquerda mais radical como Bolívia e Venezuela, quanto com governos de direita como na Colômbia e no Peru. Estendendo a análise para todo o continente americano, notamos que as relações cordiais também passam por Cuba (criticada pela direita) e pelos EUA (criticado pela esquerda). (SOUZA, 2011 p.02)

O que se verifica, de forma sensível, é que o governo mantido por Lula representou uma mudança de paradigmas para as relações exteriores do Brasil, o que, conseqüentemente, causou mudanças significativas na política externa do País.

As relações internacionais constituem as áreas que, essencialmente, representam os interesses do Estado no plano internacional e que, assim sendo, apresentam como objetivo buscar as satisfações do Estado, seja para a sua sobrevivência, seja para a satisfação dos interesses de seus membros (OLIVEIRA, 2005).

Dessa forma, ainda segundo Oliveira (2005), o conjunto das relações interestatais somadas às relações transnacionais representa o meio internacional, objeto de relações internacionais. Nessa perspectiva, a política externa é uma das áreas de relações internacionais maior para o papel do Estado.

Ante ao exposto, a pergunta que motiva essa pesquisa é a seguinte: a política externa do governo Lula foi capaz de impactar o desempenho externo brasileiro no que tange o balanço de pagamento?

1.1 Objetivos

O objetivo geral desse trabalho é analisar a política externa do governo Lula e seus impactos sobre o Balanço de Pagamentos.

Especificamente, os objetivos serão:

- Descrever a política externa brasileira durante o governo Lula;
- Apresentar o balanço de pagamentos brasileiro de 1995 a 2010;
- Comparar o desempenho externo do Governo Lula com o governo FHC.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Os determinantes do Balanço de Pagamentos

De acordo com Lopes e Vasconcelos (2000), o Balanço de Pagamentos (BP) se refere a um resumo contábil de todas as transações econômicas internacionais que foram realizadas por um país em um determinado período, isto é, um relatório da relação econômica do país residente com outros países num determinado espaço de tempo. Esse registro sistemático possibilita que se faça uma análise da situação comercial e financeira internacional da economia, proporcionando possíveis questionamentos, soluções e/ou planejamentos futuros.

Nesse sentido, o Banco Central do Brasil, instituição que regula e fiscaliza o setor financeiro e bancário do país, busca elaborar o BP apoiando-se nos registros de todas as transações efetuadas por residentes e não residentes¹ do país. Diante disso, pode-se considerar, de forma geral, que as transações que envolvam fluxo de capitais para dentro país são registradas como *crédito*, representada pelo sinal de adição, enquanto que as transações que envolvam fluxo de capitais para fora do país são registradas como *débito*, representado pelo sinal de subtração. Exemplificando, as exportações são vistas como crédito, mas as importações e os juros pagos ao exterior são vistos como débitos, e a partir do cálculo entre esses dois fluxos, crédito e débito, tem-se como resultado o BP (LOPES & VASCONCELOS, 2008, p. 40 e 41).

No entanto, o BP não se reduz apenas ao mero exemplo mencionado anteriormente. Para autores como Abel, Bernanke e Croushore (2008), o BP é visto como algo mais complexo e que possui vários componentes a serem analisados para se chegar ao balanço final. Para tanto, esses teóricos dividem

¹São todos os agentes (famílias, empresas e governos) de outros países que transacionam com os residentes do país (Vasconcellos e Garcia, 2013).

o BP em dois grupos: Conta Corrente (CC) e Conta Capital e Financeira (CCF).

A CC busca medir as *exportações líquidas de bens e serviços*, a *renda líquida recebida do exterior* e as *transferências unilaterais* que, se somados e subtraídos os itens de crédito e débito, resultam no balanço de conta corrente. (ABEL, BERNANKE E CROUSHORE, 2008, p. 123).

A Conta Capital e financeira (CCF) são contas que envolvem transações internacionais de ativos reais ou financeiros. Enquanto que a conta capital engloba transferências unilaterais de ativos entre países, a conta financeira engloba o somatório dos valores de investimentos diretos, em carteira, derivativos, dentre outros (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2002). Vale ressaltar que ambas as contas devem levar em consideração os itens de débito e crédito vinculadas a cada uma para se obter o saldo final. Assim, o saldo da CCF é obtido por meio da soma do saldo da conta capital e do saldo da conta financeira.

Diante disso, constitui-se como resultado do Balanço de pagamentos a soma algébrica dos saldos da CC e da CCF. Assim, se o saldo final for positivo, valor de créditos maior que os valores de débitos, o país tem um superávit no balanço de pagamento. No entanto, se o saldo for negativo, ou seja, se valor de débitos for maior que o de créditos, há então, um déficit (PAIVA & CUNHA, 2008, p.266).

2.2 Economia Aberta

Uma economia aberta é uma economia que procura relacionar e comercializar livremente com outros países. Esse tipo de economia interage com as outras com intuito de comprar e vender produtos e serviços, além de comprar e vender ativos financeiros no mercado mundial. Essa busca por transações internacionais traz benefícios para os países, pois como Lopes e Vasconcelos (2000) explicitam, existem ganhos na especialização de

produção de bens, na diversificação de produtos e de opções de portfólio de agentes e na ampliação da concorrência. Dessa maneira, não se pode negar que o Brasil adota essa perspectiva de economia aberta que merece ser estudada com mais cautela devido aos nuances do câmbio, dos juros e do fluxo de capital presente nas transações de mercado.

Para tornar as transações internacionais viáveis, a taxa câmbio foi criada para estabelecer o preço da moeda estrangeira em moeda nacional. Dessa maneira, essa taxa de câmbio pode variar de preço de acordo com a demanda e oferta. Assim, quando se tem a entrada muito grande de dólares, provenientes de exportações e/ou investimentos estrangeiros no Brasil, oferta-se mais dólares e o preço tende a cair. Por outro lado, quando saem mais dólares ou a sua entrada diminui, a pouca oferta não supre a demanda necessária, o que eleva o valor do dólar. O aumento da taxa de câmbio também ocorre quando o número de importações é maior que o de exportações. Ou seja, quando a balança comercial do Brasil for positiva, a oferta de dólares é maior do que a demanda, resultando no valor de câmbio mais baixo. E quando a balança comercial for negativa, a oferta de dólares é menor para atender a demanda necessária, propiciando a elevação do preço da moeda estrangeira (AMADO & MOLLO, 2003, p. 124).

Apesar da relação entre câmbio e balança comercial serem importantes, outras relações também influenciam na economia aberta dos países, como os juros e o fluxo de capital. Percebe-se que as mudanças econômicas têm possibilitado o aumento de fluxo de capitais e, conseqüentemente, a concorrência entre países para atrair mais investimentos em suas economias. Diante disso, é notório que os juros são variáveis que devem ser observadas com atenção, já que os investidores procuram taxas de juros que são mais atraentes e que possibilitem remunerar melhor àqueles que estão investindo. Esse olhar atento aos juros previne então, que essa variável possa prejudicar as decisões de consumo, de investimentos, de fluxo de capital, da taxa de câmbio e de competitividade. A relação entre fluxo de capitais e juros estará diretamente ligadas, pois,

como afirmam Gremaud, Vasconcellos e Toneto Junior (2002), quanto maior a taxa de juro aplicada ao fluxo de capital de um país em relação aos outros, maiores serão as chances dessa nação receber os recursos, devido aos estímulos que foram proporcionados (GREMAUD, VASCONCELLOS E TONETO JUNIOR, 2002).

Por todo exposto, é importante que o desempenho da exportação do país seja maior do que a importação, pois contribui para uma balança de pagamentos superavitária. Além disso, o país não deve reduzir a apenas ter um fluxo de capital atraente, são necessárias políticas macroeconômicas diversificadas que contribuem para o desenvolvimento do país. É importante destacar também que as taxas de juros são fatores que merecem especial atenção na economia, o que previne possíveis impactos negativos. Por fim, é preciso que haja um equilíbrio econômico no país para que ocorra um crescimento da economia de forma saudável (FILHO & VALE, 2011, p. 17-18).

2.3 Vantagens e Desvantagens de uma abertura comercial e de capital

O processo de abertura comercial envolve a liberalização comercial por meio da eliminação de barreiras tarifárias e não tarifárias. Esse processo de eliminação propicia ao país uma participação mais intensa na economia global. Tal perspectiva está vinculada com a mínima intervenção do Estado nas questões de ordem econômica.

Soares, Servo e Arbache (2001) apontam para as vantagens que existem nessa abertura comercial. Para eles, a possibilidade de ofertar mais produtos com qualidade e menores preços, tornando-os mais acessíveis, gera uma competitividade entre as empresas, exigindo-se então, que elas se reposicionem diante dessa nova política econômica. Sendo assim, o livre comércio provoca a competitividade entre aqueles que pertencem ao mesmo

setor, de forma que a eficiência, em todos os setores que a constitui, se torne fundamental. Dessa forma, o aumento da produção a baixo custo é essencial.

Ainda consonante com esta teoria, a interferência do Estado se faz presente quando o mesmo verifica falhas no sistema que o próprio livre comércio não solucionaria como taxas de câmbios, impostos e incentivos fiscais. Tais medidas intervencionistas buscam trazer de volta a competitividade das empresas. Por outro lado, mesmo que a competitividade traga benefícios para os consumidores, diversos fatores influenciam nos custos de produção, o que provoca um aumento no valor final e, conseqüentemente, diminui a participação daquela indústria no mercado (JUNIOR E FERREIRA, 1999).

Como forma das empresas se (re) organizarem e obterem mais recursos a ser investido ao longo prazo, aumentando assim, sua participação no mercado, uma possibilidade seria a abertura de capital. Diante disso, uma companhia, depois de estudos e avaliações, percebe que são necessários novos recursos para o fortalecimento do caixa da empresa para execução dos futuros planos, abre o capital, mediante autorização do órgão regulador, e realiza emissões públicas de ações, debêntures e bônus de subscrição como forma de captar recursos. Ou seja, na prática, as necessidades de caixa podem ser supridas pela emissão de ações no mercado, operações no mercado de crédito e operações no mercado de capitais (RASSIER & HILGERT, 2012).

As vantagens para esse tipo abertura são imensas como: I – ampliação de recursos e das empresas; II- liquidez patrimonial; III- maior presença e prestígio no mercado; IV – reestruturação societária; V- aceleração da profissionalização da companhia; VI- relacionamento com funcionários. Apesar de todas essas vantagens, algumas considerações devem ser realizadas, cujo um dos principais entraves dessa prática é o custo gerado por essa operação, além de divulgação de informações, distribuição de dividendos e influência dos acionistas nas decisões estratégicas (CANALINI, 2012, p. 86-89).

Como foi mencionada anteriormente, a abertura comercial contribui para a competitividade, o crescimento e o desenvolvimento de novas tecnologias que proporcionam melhorias nos produtos e serviços das empresas. Por outro lado, a abertura de capital pode colaborar, por meio dos recursos captados, para reposicionamentos, ampliações e investimentos no mercado econômico. Por fim, não se pode negar que a relação entre abertura comercial e abertura de capital estejam intimamente ligadas, pois ambas possuem estabelecidas, na economia aberta, uma relação mútua.

3. METODOLOGIA

A pesquisa científica de acordo com Guimarães Júnior (2010, p. 81), “é um procedimento intelectual para adquirir conhecimentos por meio da investigação da realidade [...]. Para tal propósito mostra-se essencial estabelecer direcionamentos, delineamentos e métodos utilizados”.

Ante ao exposto, neste tópico serão apresentados como os objetivos da presente pesquisa foram alcançados, descrevendo o processo investigatório desde a estrutura da pesquisa até os procedimentos metodológicos empregados na busca dos resultados.

3.1 Quanto à abordagem

O objetivo desta pesquisa será analisar os impactos da política externa do Governo Lula (2003-2010) na balança de pagamentos. Cada aspecto será analisado por métodos distintos e, portanto, esse estudo utilizou dois tipos de pesquisa: qualitativa e quantitativa.

A escolha das duas naturezas deveu-se às vantagens oferecidas por ambas. De acordo com Alencar (2000), a abordagem qualitativa pode oferecer maiores detalhes sobre um grupo ou situações e aumentar a compreensão de determinadas informações. Por outro lado, o mesmo autor julga que a pesquisa quantitativa também oferece muitos benefícios, pois para Alencar (2000, p.21), a vantagem da pesquisa quantitativa “é que ela permite medir, por meio de um conjunto limitado de questões, as reações de um grupo relativamente grande de pessoas, facilitando a comparação e o tratamento estatístico dos dados”.

A fase quantitativa da pesquisa terá um caráter descritivo na tentativa de analisar a forma de como a política externa do governo Lula alterou o desempenho externo brasileiro, considerando a exportação, importação e o fluxo de capital.

Para Gil (2010, p. 42) “as pesquisa descritivas tem como objetivo primordial a descrição das características de determinadas população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Já na fase qualitativa serão discutidas as questões inerentes à inserção no setor externo, dentro de uma perspectiva explicativa.

Á luz de Gil (2010, p.42) as pesquisas explicativas “(...) tem como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos”.

Assim, julga-se que a combinação das duas abordagens será pertinente ao atendimento dos objetivos.

3.2 Quanto aos procedimentos

Os procedimentos utilizados serão a pesquisa experimental e a pesquisa bibliográfica.

Este estudo empregará a pesquisa bibliográfica, de acordo com Boaventura (2004) esse é um método imprescindível por se tratar de uma técnica que proporciona um embasamento teórico consistente acerca do tema em estudo. A partir da utilização deste procedimento será possível formular hipóteses teóricas a respeito das formas de políticas públicas (externas) do governo Lula.

De acordo com Gil (2010, p.47) “(...) a pesquisa experimental consiste em determinar um objeto de estudo, selecionar as variáveis que seriam capazes de influenciar (...)”. O trabalho será experimental onde será analisar questões inerentes ao Brasil, por meio de experimentos e simulações de dados brasileiros.

3.3 Quanto a base de dados

Serão utilizados dados secundários, disponíveis nos sites do Banco Central, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) .

Todos esses dados estão compilados no site do IPEADATA. Os dados serão referentes aos períodos de 1995 a 2010 (governos FHC e LULA).

3.3 Quanto à análise de dados

O site do IPEADATA disponibiliza dados que serão imprescindíveis ao longo do trabalho. Porém estes dados são encontrados em tabelas distintos. Através de métodos estatísticos será possível compilar tais dados para facilitar a análise dos mesmos.

Os dados serão exportados do site do IPEADATA para o Excell. Em posse destes dados, serão criadas tabelas com os dados da Conta Capital e Financeira de 1995 a 2010 e dados da Balança Comercial de 1995 a 2010.

A partir da criação desta serão analisados os dados e fazendo comparações com políticas econômicas da época correspondente.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção serão apresentados os resultados obtidos ao longo da pesquisa, bem como as discussões pertinentes a eles.

4.1 A Política Externa do Governo Lula

O governo Lula, que teve seu início no dia 01 de janeiro de 2003, desde o começo chamou muito a atenção, tanto dos observadores externos quanto dos estudiosos internos. Isso foi devido, principalmente, aos vários aspectos inovadores em sua formulação e execução, bem como pelas reações e impactos que a mesma causou no entorno regional e no plano internacional (ALMEIDA, 2005).

Isso, conseqüentemente, colocou a política de Lula como foco de estudos diversos e diferenciados, tendo em vista compreender a sua estrutura e aplicação.

Conforme Almeida (2005, p.01):

Iniciada sob promessas de mudanças na forma e no estilo, assim como em sua própria substância, por seus propositores e executores, a política externa do governo Lula – que guarda inúmeras conexões “genéticas” com o grupo dominante no cenário político do governo federal, o Partido dos Trabalhadores – vem sendo, desde então, calorosamente defendida por muitos de seus simpatizantes na academia e na imprensa, tanto quanto ela vem sendo atacada, com o mesmo ardor e veemência, por analistas independentes, nos mesmos meios intelectuais e jornalísticos. (ALMEIDA, 2005 p.01)

Para Neves Júnior (2011) a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva ao poder em 2003, significou, para a grande maioria da população, assim como para partidos de esquerda brasileiros, uma nova fase da história política do Brasil, tendo em vista o fato de que era esta a primeira vez que se elegia como presidente brasileiro um indivíduo proveniente das classes populares e

que, apesar de sua origem humilde, se mostrava o primeiro capaz de alterar os rumos do país e amenizar a histórica desigualdade social brasileira.

O que se percebe, de início, é que para partidos e movimentos de esquerda, a eleição desse novo presidente significava a extinção de muitos anos de um controle político até então exercido pelas elites políticas e econômicas tradicionais.

Porém, observa-se, segundo as palavras de Neves Júnior (2011, p.02) que:

Cerca de seis anos após a sua posse, essas esperanças se transformaram ou em explícita decepção ou em apoio moderado. Na realidade, a revolução social esperada pelos grupos políticos mais radicais não ocorreu e a esperança da maioria da população pobre se reverteu em uma aprovação condicionada às melhorias de suas condições sociais e incremento do poder de consumo. (NEVES JUNIOR, 2011 p.02)

Para se realizar uma análise política, porém, é necessária a observação de outros fatores, tais como as posições políticas, planejamentos, discursos e principalmente, estudo pormenorizado das ações dos governos para que se torne possível, de fato, entender mais sobre a questão que envolve as políticas adotadas e os resultados que se conseguiu extrair com a adoção das mesmas.

Analisando-se a questão da gestão de Lula durante seu período de governo, é possível verificar que o mesmo se iniciou dando seguimento à política econômica vigente no governo anterior, ou seja, às ideias e propostas de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Prova disso é que Lula nomeou Henrique Meirelles para a direção do Banco Central do Brasil, o que indicava para o mercado (de forma mais específica o internacional) de que não haveria mudanças bruscas na condução da política econômica durante o seu período de governo.

De uma forma mais generalizada, pode-se dizer que o governo Lula ficou caracterizado pela baixa inflação (a mesma ficou controlada), a redução do desemprego e os constantes recordes da balança comercial. Além

disso, na gestão de Lula foi possível perceber, ainda, o recorde obtido na produção da indústria automobilística no ano de 2005 e um maior crescimento real do salário mínimo.

Um ponto observado segundo Almeida (2004, p.02) é que:

A política externa do governo Luiz Inácio Lula da Silva é, provavelmente, a vertente da atividade governamental que mais reflete as antigas propostas e as posições tradicionais do Partido dos Trabalhadores. Com efeito, nem na política econômica, nem em ações setoriais tomadas até o momento pelos vários ministérios é tão nítida a "filiação genética" com posições ostentadas historicamente pelo PT - tal como refletidas em teses programáticas e em declarações e textos de seus líderes ao longo dos últimos vinte anos -, como nas iniciativas tomadas desde o início de 2003 no âmbito da diplomacia. (ALMEIDA, 2004 p.02)

Ainda de acordo com o autor acima, é nas relações exteriores, assim como na sua política internacional que o governo do presidente Lula mais se parece com o discurso do PT.

Em uma conferência realizada na Universidade Federal do ABC, no ano de 2013 que teve como tema “Brasil no mundo: mudanças e transformações”, Lula falou dos três principais eixos da política externa do seu governo, destacando a questão da fome, da aproximação do Brasil com a América Latina e os países africanos e, por último, da luta por uma mudança nos organismos multilaterais e pela construção de uma governança global.

Segundo suas próprias palavras, ele se orgulha pelo fato de sua política externa ter conseguido colocar a questão da fome como um tema central, alertando para a necessidade da adoção de políticas que permitissem, de fato, a adoção de estratégias que permitissem eliminar (ou pelo menos amenizar) esse problema que atinge tantos milhares de pessoas pelo mundo inteiro e que mostra a urgente necessidade de se reverter, o quanto antes, essa situação desumana e incompatível com a riqueza gerada pelos países, de uma forma geral, enquanto os dirigentes de outros países se preocupavam de

forma mais evidenciada com as questões que envolviam o comércio internacional (INSTITUTO LULA, 2015).

O segundo eixo destacado por Lula foi a aproximação do Brasil com a América Latina e com os países africanos, ao dizer, com suas próprias palavras: "Queremos ter relação com os Estados Unidos, o que não podemos é nos tornar dependentes. Por isso nos voltamos para a América Latina" (INSTITUTO LULA, 2015).

Lula ainda destacou o enorme aumento do número de empresas brasileiras nos países latino-americanos que foram instaladas durante o seu governo. Em relação à África, Lula falou da dificuldade que enfrentou, inclusive dentro da diplomacia, de convencer as pessoas de que aumentar as relações com os países africanos era importante. "Nós não podemos pagar nossa dívida com a África em dinheiro, mas podemos pagar com solidariedade", destacou. Ele lembrou que como resultado foram criadas 19 novas embaixadas brasileiras na África e o comércio do Brasil com os países africanos saltou de 5 para 26 bilhões de dólares (INSTITUTO LULA, 2015).

Finalizando, o último ponto abordado pelo ex-presidente Lula foi a questão da luta por uma mudança nos organismos multilaterais e pela construção de uma governança global, falando da importância de se ter uma governança global eficiente, especialmente nos dias de hoje que se caracterizam como tempos de crise.

Verifica-se que, durante as negociações do Protocolo de Quioto, bem como nas conferências das Partes anteriores e posteriores, teve um importante e destacado papel a diplomacia brasileira, tanto que um dos pontos essenciais constantes no texto do referido Protocolo faz menção à proposta brasileira de se estabelecer responsabilidades diferenciadas entre os países integrantes do mesmo, levando-se em conta a responsabilidade de cada uma em relação às emissões de GEE (Gases de Efeito Estufa) e diferenças que estes países apresentam atualmente em relação ao nível de desenvolvimento em que se encontram.

De acordo com as palavras de Neves Júnior (2011) a principal e visível diferença entre a diplomacia presidencial deste governo em relação ao anterior é sua explícita denúncia dos países ricos como causadores e responsáveis pelas mudanças do clima, uma vez que, anteriormente, o assunto em questão não era tratado de forma explícita.

O que se evidencia a partir do exposto acima é que, pelo contrário, o que se fazia era buscar parcerias com as nações desenvolvidas para que se desenvolvessem tecnologias limpas para se alcançar a mitigação da poluição atmosférica.

4.2 Análise da Balança de Pagamentos do Brasil de 1995 a 2010

Nesta seção serão descritas as políticas econômicas deste período, bem como analisar o impacto que as mesmas causaram à Balança de Pagamentos.

4.2.1 Primeiro Governo FHC

Após a redemocratização de 1945, o Brasil teve diversos ciclos históricos de governos militares e democráticos. Um fato relevante, é que nesse período de governo democrático, mais de 4 governos foram interrompidos de forma dramática: Getúlio Vargas, Jânio Quadros, Joao Goulart e Fernando Collor (GIAMBIAGI et al, 2011).

Diante de uma conturbada atmosfera política e econômica, em 1994, Fernando Henrique Cardoso vende as eleições presidenciais com 55,22 % dos votos válidos (TSE, 1994).

No decorrer das eleições, Fernando Henrique Cardoso (FHC) tinha duas certeza. “Primeiro, (...) ele sabia que as alianças políticas eram essenciais para poder governar o Brasil. (...) A segunda coisa que FHC tinha claro é que fora eleito para vencer a inflação”. (GIAMBIAGI et al, 2011, p. 166).

Conforme se observa no gráfico 1, o início do ano de 1995, a Balança de Pagamentos, começou desfavorável, com queda tanto na Conta Capital e Financeira quanto na Balança Comercial.

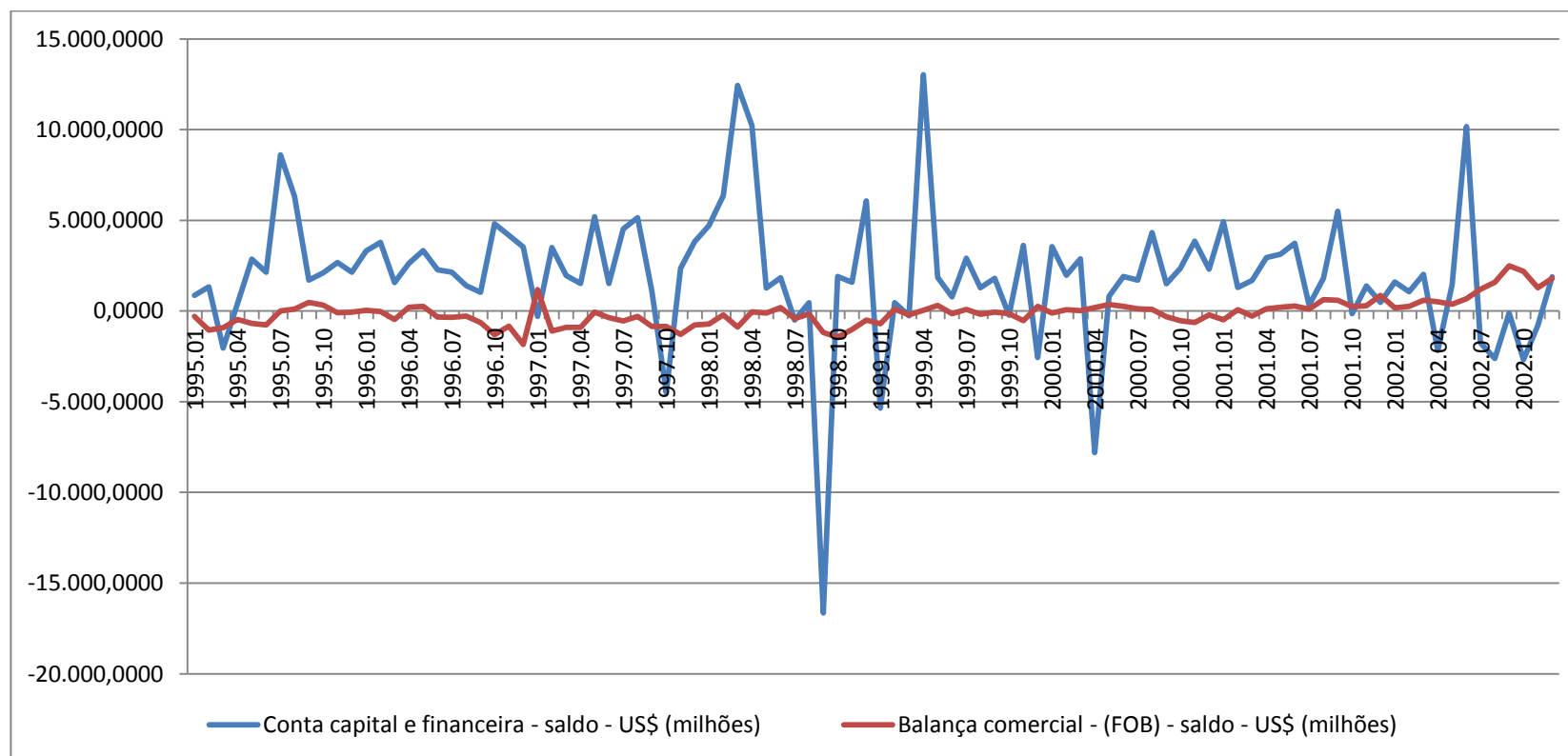


Gráfico 1 - Saldos das Conta capital e Financeira e Balança comercial no período FHC (1995-2002).

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Banco Central.

Segundo GIAMBIAGI et al (2011), com a economia superaquecida e os efeitos negativos já percebidos na balança de pagamentos, o governo reagiu em março de 1995, com algumas medidas, fundamentadas em dois componentes. São eles:

“- Uma desvalorização controlada, da ordem de 6% em relação à taxa de cambio. (...) - Uma alta da taxa de juros nominal, que passou de 3% em fevereiro para 4,3% em março. (...)”. (GIAMBIAGI et al, 2011, p.167).

Diante do exposto, no segundo trimestre de 1995, a situação econômica brasileira tem uma leve melhora. Tanto a balança comercial, quanto a Conta Capital financeira, respondem positivamente, uma vez que com a alta da rentabilidade das aplicações da moeda local, os investidores voltam às atenções para o Brasil.

Para Pierroni (2014, p. 34) “A inflação foi superada com o Plano Real e uma das constatações de tal afirmação reside na observação das taxas de inflação anuais, as quais descaíram a partir de 1995”.

“No entanto, o plano Real deixaria duas sequelas à economia brasileira: (i) desequilíbrio externo e (ii) crise fiscal” (PIERRONI 2014 apud GIAMBIAGI, 2005).

4.2.1.1 Desequilíbrio externo

No primeiro governo de FHC (1995 a 1998) houve uma apreciação cambial aliada à abertura econômica, o que resultou em impactos relevantes na balança comercial, uma vez que as importações sofreram grande aumento e as exportações não tiveram o mesmo desempenho.

Entre 1995 e 1997 as importações em dólar cresceram a altas taxas (média de 21,8% a.a.) – destaque negativo para o ano de 1995, cuja taxa chegou a 51% - no tempo que as exportações cresceram apenas 6,8% a.a. (GIAMBIAGI et al, 2005). Causando um impacto desfavorável na balança comercial, conforme percebido no Gráfico 1.

A piora dos números da balança comercial aliado ao desempenho ruim da conta corrente, teve de ser financiada por outros novos endividamentos externos e com entrada de capitais em forma de investimento externo direto (IED). Diante do exposto, gerou-se um efeito de realimentação dos desequilíbrios (GIAMBIAGI, 2005).

O autor Giambiagi (2005, p.169) conclui “O resultado é que o déficit de serviços e rendas praticamente dobrou no primeiro governo FHC”. Tudo isso porque, com os elevados índices de importação associados a despesas ligadas ao passivo externo, o déficit em conta corrente superou os U\$ 30 bilhões em 1997 – conforme explicita o gráfico 1. Paralelamente a este quadro econômico, a dívida externa líquida – que não sofria aumentos expressivos desde a década de 80 – voltou a apresentar aumentos consideráveis em 1996-1007 (GIAMBIAGI, 2005).

4.2.1.2 Crise Fiscal

Segundo Giambiagi (2005), a crise fiscal – outro grave problema do período – apresenta como características relevantes os seguintes fatores:

- Déficit primário do setor público consolidado;
- Déficit público (nominal) de 7 % do PIB, na média de 1995-1998;
- Dívida pública crescente.

4.2.2 Segundo Governo FHC

Segundo Giambiagi (2005), o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, teve início em 1999, e foi embasado no chamado tripé macroeconômico: (i) superávit primário; (ii) metas de inflação; (iii) câmbio flutuante.

4.2.2.1 Metas de Inflação

Em 1999, Fernando Henrique Cardoso embasou seu governo na substituição de política monetária. A âncora cambial – pilar de sustentação do Plano Real – dá lugar ao sistema de metas de inflação (PIERRONI, 2014).

O CMN – Conselho Monetário Internacional – definia as metas de inflação, que por sua vez eram medidas pelo IPCA e executadas pelo Banco Central (OLIVEIRA E TUROLA, 2003).

Piorroni (2014, p. 36) conclui: “a principal atribuição do Banco Central passa a ser atingir as metas de inflação, em detrimentos de (...) crescimento econômico, nível de desemprego, taxa de câmbio, entre outras”.

O Sistema de metas estabelecia uma meta e uma margem de tolerância para mais e para menos. Em 1999 a meta foi de 8% e para 2000 de 6%, durante estes anos a inflação se manteve no intervalo definido. Já no ano de 2001 – no qual a meta era de 4% com variação de 2% para mais ou para menos – a meta situou muito acima do estabelecido. (GIAMBIAGI, 2011).

4.2.2.2. Superávit Primário

O segundo mandato também trouxe mudanças na área fiscal. Apesar de muitas delas terem iniciado ainda no primeiro mandato, a maioria delas só trouxeram os impactos esperados depois de 1999. A alteração que pode ser considerada como principal, foi a introdução do Plano de Estabilidade Fiscal, que tinha como objetivo estipular o patamar do superávit primário do setor público, que traria a estabilização da razão dívida/produto. Foram criadas também, metas de superávit primário, com o intuito de estabilizar a razão entre a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) e o PIB (OLIVEIRA E TUROLA, 2003).

Segundo Giambiagi,

[...] embora houvesse dificuldades inegáveis para viabilizar politicamente uma estratégia fiscal ortodoxa, o fato é que as autoridades não exibiram o mesmo rigor, antes de 1998, na adoção de mecanismos de controle das contas públicas, o que veio a se revelar depois, a partir de 1999, no contexto da crise externa e fiscal que gerou a necessidade de negociar o acordo com o FMI no final de 1998/ início de 1999 (2002, p. 39).

A luz de Oliveira e Turolla, outros fatores chamam atenção, além do Programa de Estabilidade Fiscal, são eles:

- (i) Em meados de 2001, o déficit total do setor público passou a diminuir.
- (ii) O Programa de Estabilidade Fiscal foi baseado mais fortemente no aumento de receitas, entretanto as despesas continuaram crescendo. A carga tributária, conseqüentemente, cresceu durante o período.
- (iii) A estrutura institucional e operacional das finanças públicas no segundo governo de FHC foi completado com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Um outro ganho foi a aprovação do Fator Previdenciário do INSS e uma parte da Reforma Administrativa.
- (iv) Os gastos sociais mantiveram altos, tanto quanto os patamares alcançados no final do primeiro mandato.

4.2.2.3 Câmbio Flutuante

Segundo Oliveira e Turolla (2003) as mudanças do regime cambial ocorreram bem no início do segundo mandato, passando assim, a ser adotado o chamado, o regime de flutuação suja. A consequência positiva a ser destacada do câmbio flutuante foi a possibilidade de ajuste na conta corrente.

O câmbio flutuante suja é uma mescla entre o mercado, a interação entre oferta e demanda e uma limitação da atuação do Banco Central. É usado, por exemplo, para que a cotação da moeda estrangeira, não alcance níveis muito baixos ou extremamente altos, não atinja a nossa autonomia monetária na compra de dólares, auxilia no enxugamento de capitais externos. (CORECON – GO).

No gráfico 1 é possível perceber a evolução dos dois componentes principais do balanço de pagamentos, a partir de 1999.

4.2.3 Governo Lula, primeiro governo.

Para Giambiagi (2005), o comportamento da economia do Brasil em 2003 foi altamente influenciado pela economia internacional, aliado ao já implementado – em 1999 - regime de metas.

O abaixo (Gráfico 2) mostra o desempenho da Conta Capital e Financeira e da balança Comercial dos anos de 2003 a 2010.

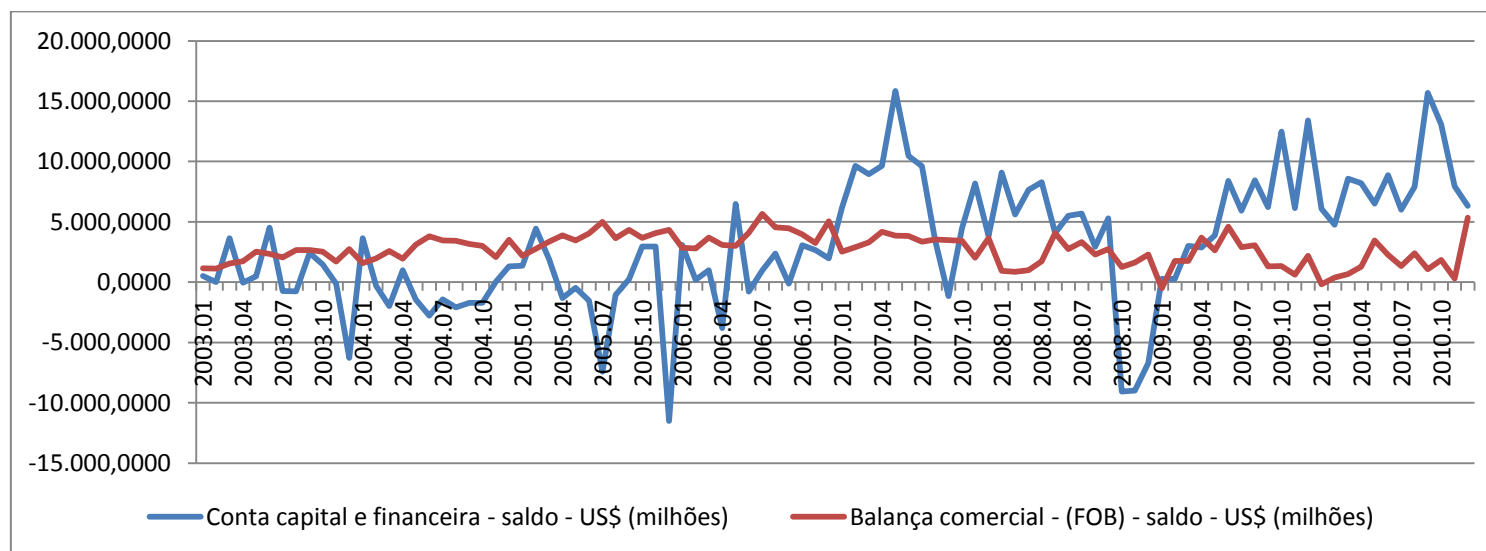


Gráfico 2 - Saldos das Conta capital e Financeira e Balança comercial no período LULA (2003-2010).

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Banco Central.

A condução de maneira favorável da taxa de cambio aliada a rígida política monetária controlado pelo Banco Central, resultaram na redução considerável da inflação, fechando 2003, em 9,3% - pouco acima da meta, que era de 8,5%. (GIAMBIAGI, 2005).

O autor Giambiagi (2005, p. 211), completa:

Já a taxa de juros real em média em 2003-2004, medida pela Selic, mostrou-se similar à do segundo governo FHC, indicando mais um aspecto em que a política econômica do primeiro governo Lula assemelhou-se pelo menos inicialmente, à do seu antecessor.

Marques e Nakatani (2006, p.3), também afirmam: “O início do governo Lula foi caracterizado pelo prolongamento de movimentos iniciados no segundo semestre de 2002. ”

Diante do exposto, o presidente Luís Inácio Lula da Silva, adota uma política conservadora a principio, onde se pode destacar (SINGER, 2012):

- (i) O Comitê de Política Monetária (COPOM) aumentou os juros de 25% para 26,5%, nos dois primeiros meses de 2003
- (ii) Entre 2003 e 2004, o salário mínimo manteve seu poder de compra.
- (iii) Política de restrição Fiscal: corte de 14, 3 bilhões de reais no orçamento publico.
- (iv) Elevação da meta do superávit primário de 3,75% para 4,25% do PIB (Produto Interno Bruto).

As taxas de juros combinadas com o elevado superávit primário com liberdade maior e incentivo ao capital estrangeiro, aliados também, a elevados superávit em conta corrente, resultaram em uma apreciação cambial em 2003 e 2005. (MARQUES E NAKATANI, 2006).

Marques e Nakatani (2006, p.9) ainda acrescentam: “[...] o real, que havia se desvalorizado 52,29% em 2002, valorizou 18,23% em 2003, 8,13% em 2004, 11,85% em 2005 e, somente em janeiro de 2006, valorizou 5,33%”.

Com a valorização da moeda nacional, as exportações passaram a crescer a altas taxas, favorecendo assim, a balança comercial. Que a partir de 2003 (conforme gráfico 2) alcança níveis expressivamente positivos.

4.2.4 Segundo Governo Lula

De acordo com Teixeira e Pinto (2012), em seu segundo mandato o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, incorpora a sua política economia certa flexibilidade, através de:

- (i) Medidas pautadas no aumento de crédito ao consumidor e ao mutuário
- (ii) Aumento do salário mínimo, em termos reais
- (iii) Programas de transferência de renda direta
- (iv) Criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

Segundo Teixeira e Pinto (2012), o Produto Interno Bruto no segundo governo Lula cresceu a uma taxa de 4,1% ao ano, ou seja, aproximadamente duas vezes mais, comparada as taxas de 1980 e 2002 (2,4% ao ano). No que tange a economia internacional, as contas externas da economia brasileira no governo neste período, apresentaram resultados favoráveis em relação as contas externas, afetando positivamente a balança de pagamentos (conforme gráfico 2).

Este cenário contribuiu para que o governo viesse a saldar os empréstimos feitos junto ao FMI, conseqüentemente, diminuir o endividamento publico externo e fazendo com que fosse possível acumular reservas. (CINTRA; ACIOLY, 2012).

4.3 Governo Lula Vs. Governo FHC

Todo governo busca adotar medidas que sejam adequadas à sua forma de perceber a economia e as necessidades da população a ser governada.

Segundo Vaz (2012):

O advento de um novo governo suscita naturalmente interesse em identificar os traços de inovação e de continuidade na condução dos assuntos públicos em diferentes domínios. Tal interesse se vê reforçado particularmente quando as expectativas de mudanças, inerentes às transições de governos em qualquer parte, são alimentadas por insatisfações crescentes de parte da sociedade para com propostas e modelos a que prestou apoio e que se exauriram, e por candidatos que, por idiosincrasias pessoais, trajetórias políticas e identificação com causas socialmente respaldadas, passam a ser depositários da confiança popular (p.01).

Assim, é possível perceber que a assunção de Lula à presidência do governo brasileiro esteve, desde o seu início, acompanhada desses e de outros aspectos nunca antes vistos na história do País.

De acordo com Vaz (2012) a partir do momento em que encarnou o desejo de mudanças, o presidente Lula se dispôs a empreender as mesmas nos mais diversos âmbitos, incluindo dentre eles o da política externa, sendo que tal disposição traz implícito um juízo crítico sobre o desempenho de seu antecessor, de forma mais imediata, assim como, de forma mais explícita, sobre o modelo de desenvolvimento a que a política externa servia.

Para Neves Júnior (2011) a inclinação da política brasileira da década de 1990 foi gestada por três governantes, Fernando Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1995) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), e só chegaria ao final, ou pelo menos seria suavizada, com a eleição do governo de Luís Inácio Lula da Silva.

Tanto José Sombra Saraiva quanto outros pesquisadores em política exterior brasileira (CERVO, 2008; VIGEVANI, 2007), citados por Neves Júnior (2011) concordam em relação às mudanças no período neoliberal, mas também são claros em enfatizar apenas o “enfraquecimento” dos pilares da política externa, deixando evidente a dificuldade de qualquer governo em alterar drasticamente propriedades constituídas historicamente dentro do Estado nacional, como é o caso da diplomacia.

Ainda conforme Neves Júnior (2011) a comparação feita por Amado Cervo entre a política externa dos dois últimos governantes brasileiros é um ponto central para que se torne possível entender de forma mais clara e objetiva como o último deles se classifica e de quais fundamentos ele se vale no intuito de construir o paradigma que o explica, partindo-se do ponto de vista teórico.

Em relação ao governo na atuação de Fernando Henrique Cardoso, o autor em questão defende o fato de que a administração deste, assim como sua proposta de inserção internacional do Brasil seguiram algumas tendências, sendo que as mesmas eram, muitas das vezes, paradoxais em seu conjunto, tais como: o enfraquecimento da atuação do Estado no cenário internacional, sustentando a crença de que o multilateralismo promoveria a governança global e, em consequência, a criação de “regras justas, transparentes e respeitadas por todos” (NEVES JUNIOR, 2011 p.54).

Outro fato observado pelo autor é que, além do multilateralismo, a ação externa do presidente Fernando Henrique Cardoso se dirigia para a criação de alianças políticas com países ricos, estando em primeiro lugar os Estados Unidos e a União Europeia. Ele também criticou os mesmos por serem demasiadamente protecionistas e pregarem, no comércio exterior, o liberalismo. Como precaução, entretanto, “Cardoso avançou o processo de integração do Cone Sul, em demonstração de conduta realista com que equilibrar eventuais efeitos nocivos da globalização” (CERVO, 2008, p. 54).

Importante destacar, de acordo com Neves Júnior (2011) que além dos eixos acima destacados por Cervo e que seriam os elementos definidores da política externa do governo de Fernando Henrique Cardoso, houve o equivocado abandono de ideais consolidados pela história diplomática, que seriam o desenvolvimentismo e a ideia de interesse nacional.

Conforme Vaz (2012, p.02):

O contexto internacional no qual transcorreu a etapa final do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso foi marcado pelos impactos políticos e

econômicos dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001. Ao produzir dramática redefinição da agenda internacional, recolocando no topo da mesma as questões atinentes à segurança internacional e ao tornar ainda mais sensíveis tensões e conflitos em distintas partes do planeta, os atentados e seus desdobramentos alteraram significativamente o contexto em que era conduzida a política externa brasileira. Afetaram igualmente as avaliações do governo de então sobre as possibilidades de realização de seus principais objetivos externos e, por conseguinte, a implementação de importantes dimensões da política exterior. (VAZ, 2012 p.02)

Ainda segundo Vaz (2012) durante o segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, três grandes linhas definiam a ação diplomática brasileira, as quais seriam: a) a definição de um projeto regional brasileiro; b) a obtenção de melhores condições de acesso e de abertura de novos mercados e (c) a construção de novas parcerias internacionais.

No âmbito do plano comercial, a necessidade de gerar superávits comerciais como uma forma única de reduzir, a curto prazo, o grande déficit na conta de transações correntes do País, ganhava destaque e importância e, frente a esse quadro, o foco da diplomacia comercial brasileira voltou-se para a melhoria das condições de acesso aos seus principais mercados de exportação e para a abertura de novos mercados.

O que se pode analisar, de fato, sobre o governo de Fernando Henrique Cardoso é que a instabilidade internacional do cenário pós-11 de setembro, juntamente com outros fatores tais como a crescente vulnerabilidade externa da economia brasileira, a desaceleração do crescimento internamente e o debilitamento político do próprio governo em final de mandato concorreram para circunscrever e limitar suas iniciativas e ações de política externa à esfera econômico-comercial, o que acabou por consolidar o sensível descompasso entre o discurso diplomático e gestos mediáticos de política externa, por um lado, e de outro, a real capacidade de implementação de que dispunha o Governo (VAZ, 2012, p.05).

Isso mostra que a relativa imobilidade apresentada pela política externa brasileira no final do mandato de Fernando Henrique Cardoso, de acordo com Vaz (2012) não era ocasionada de forma significativa pela indefinição de objetivos e de prioridades que a orientassem e sim, pela opção do governo em atuar de forma temporizadora e cautelosa, com o que procurava evitar exacerbar incertezas que já despontavam, interna e externamente, sobre o encaminhamento das posições do País no contexto da nebulosa política internacional, tomando em conta a transição de governo que se avizinhava e as dúvidas quanto à solidez dos fundamentos da economia brasileira.

Almeida (2004), para evidenciar melhor os aspectos que servem como diferenciadores da forma de governo do presidente Lula em relação ao governo estabelecido por Fernando Henrique Cardoso, salienta que:

- Do ponto de vista da forma: a diplomacia do governo Lula ostenta um ativismo exemplar, representado por um intenso programa de diplomacia presidencial, complementado por um ainda mais ativo circuito de contatos, encontros, viagens de trabalho e conversações a cargo do chanceler e, de maneira algo inédita para os padrões do Itamaraty, do próprio Secretário-Geral das Relações Exteriores.
- Do ponto de vista do conteúdo: a diplomacia do governo Lula apresenta uma postura mais assertiva, mais enfática em torno da chamada defesa da soberania nacional e dos interesses nacionais, assim como de busca de alianças privilegiadas no Sul, com ênfase especial nos processos de integração da América do Sul e do Mercosul, com reforço consequente deste no plano político.
- No plano político: é evidente o projeto de reforçar a capacidade de "intervenção" do Brasil no mundo, a assunção declarada do desejo de ocupar uma cadeira permanente num Conselho de Segurança reformado e a oposição ao unilateralismo ou

unipolaridade, com a defesa ativa do multilateralismo e de um maior equilíbrio nas relações internacionais.

- No plano econômico: trata-se de buscar maior cooperação e integração com países similares (outras potências médias) e vizinhos regionais.

Ainda de acordo com Almeida (2004):

O governo Fernando Henrique Cardoso foi caracterizado por um multilateralismo moderado e atribuiu grande ênfase ao direito internacional, mas também evidenciou uma aceitação tácita do princípio dos "mais iguais", isto é, a existência de grandes potências e seu papel no sistema internacional. O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ostentou um forte multilateralismo e defende a soberania e a igualdade de todos os países com maior ênfase retórica do que tinha sido o caso na anterior administração. Enquanto FHC buscou desenvolver relações políticas com outras potências médias, Lula perseguiu uma estratégia de alianças com outras potências médias e economias emergentes. (p.04).

Em relação à OMC, é possível verificar que ambos os governos continuaram a tradicional política de participação plena nas negociações comerciais unilaterais. No entanto, o ativismo da diplomacia do governo Lula traduziu-se, nessa mesma área, na formação do G-20, que consiste basicamente de um grupo de países que demonstram interesse no fim dos subsídios internos e nas subvenções às exportações de produtos agrícolas, como também um acesso mais amplo aos mercados dos tradicionais protecionistas do Norte.

Nas outras áreas, no governo de FHC, pode-se perceber uma certa postura de interdependência econômica e de relativa abertura ao investimento direto estrangeiro, o que contrasta com a defesa do governo Lula pela soberania econômica nacional e de políticas setoriais de desenvolvimento.

No que diz respeito à América do Sul, para FHC, as relações com os países da região eram definidas como estratégicas, embora poucas iniciativas

tenham sido, de fato, implementadas durante o seu primeiro mandato, que foi de 1995 a 1998, excetuando-se uma bem sucedida intervenção no conflito entre Peru e Equador.

Em contrapartida, Lula, além de confirmar que essas relações eram de fato estratégicas, tomou várias iniciativas políticas para tornar essa ideia uma realidade palpável, adotando estratégias como visitar ou receber todos os chefes de Estado da região, além de impulsionar a retomada das negociações regionais de comércio para um acordo entre a CAN e o Mercosul.

De acordo com as ideias de Almeida (2004, p.06):

De modo geral, em ambos os governos se buscou manter relações cooperativas com todos os países da região, inclusive com os Estados Unidos. A diplomacia profissional e os presidentes proclamam a reintegração de Cuba ao concerto americano e gostariam de poder contribuir para a pacificação política e militar dos países vizinhos, sem que o Brasil disponha, como parece evidente, de condições de intervenção econômica e militar (ademais do diálogo político) para fazer com que tais objetivos se concretizem. (ALMEIDA, 2004 p.06)

O que se torna visível, ainda conforme o autor acima é que, de um modo geral, para o presidente Fernando Henrique Cardoso, os temas econômicos e comerciais tiveram prioridade sobre os demais.

Isso pode ser comprovado nas palavras de Vaz (2012, p.04):

Observa-se, portanto, e de forma geral, que a política externa de Fernando Henrique terminou por concentrar-se em vertentes que, por sua vez, relacionavam-se com interesses e considerações de ordem preponderantemente econômica, âmbito no qual identificavam-se os principais desafios à estabilidade e à governabilidade. Embora pragmática quanto ao diagnóstico das assimetrias e contradições presentes no mundo globalizado, bem como quanto às vulnerabilidades e necessidades do próprio País, tal avaliação passou a contrastar fortemente com as prioridades ditadas pelos Estados Unidos no plano da política internacional, gerando uma disjunção que acompanhou o governo de Fernando Henrique até o seu final. (VAZ, 2012 p.04)

Por outro lado, é possível verificar que, para Lula, os temas relacionados com o social e o político parecem ter assumido a precedência no processo.

De acordo com Vaz (2012) a chegada de Lula ao poder ocorreu em um contexto caracterizado por uma tendência à retração frente às incertezas e à instabilidade presentes (na época) nos cenários regional e global, assim como às vicissitudes das negociações comerciais internacionais, no que se refere à política externa.

Enfatiza o autor, ainda o fato de que a definição das prioridades e estratégias da política externa do novo Governo tomou como ponto de partida (i) a necessidade de reverter e a postura marcadamente defensiva do Governo de Fernando Henrique Cardoso e (ii) a opção por resgatar dimensões e valores que possuíram centralidade em outros momentos da política externa e que teriam sido negligenciados ou amortiguados ao longo dos anos noventa.

Lula, portanto, assumiu de maneira explícita o seu compromisso em fazer com que as mudanças reclamadas pela população brasileira alcançassem também a política externa.

É interessante salientar, porém, no discurso proferido por Lula, citado por Vaz (2012) que:

Essas mudanças se processariam, contudo, não tanto por meio de dramática revisão de objetivos e prioridades, mas antes e principalmente, por meio de atuação mais assertiva fundada na (i) subordinação direta da política externa aos ditames do desenvolvimento, este orientado por uma perspectiva humanista; (ii) na reafirmação da soberania e dos interesses nacionais no plano internacional; (iii) na centralidade e apoio ao comércio exterior como ferramenta essencial ao desenvolvimento econômico e para a redução das vulnerabilidades externas do País; (iv) no engajamento na construção de alianças e parcerias nos planos regional e global simultaneamente, em prol de objetivos e causas identificadas com as necessidades do desenvolvimento econômico e social; e, por fim, como traço efetivamente distintivo, (v) com a atuação decidida em prol da

promoção de uma ordem política e econômica mais democrática, justa e equitativa entre as nações (VAZ, 2012 p.03)

Para Neves Júnior (2011):

No caso brasileiro da substituição de FHC por Lula os agentes e fatores envolvidos são basicamente três, atuando coordenadamente. A liderança, com a ascensão de Lula, a troca da burocracia responsável pela atuação diplomática, exemplificada em quadros políticos como Celso Amorim e Samuel Pinheiro Guimarães, e acontecimentos internacionais como os ataques de 11 de setembro de 2001 e as dificuldades da Rodada de Doha da OMC, responsáveis externos por influenciar a reorientação da política externa de maneira reativa à tentativa dos EUA em recolocar no centro da agenda internacional o tema da segurança, esvaziando demais espaços multilaterais de negociação (NEVES JÚNIOR, 2011 p.58)

Observa-se que a profundidade alcançada pela articulação dos três agentes citados por Neves Júnior, sofreu variações ao longo das duas gestões petistas, indo desde o nível de mudanças dos pequenos ajustes até as alterações de programas e objetivos de atuação internacional, embora esta mudança não tenha sido, conforme o próprio autor, drástica o suficiente para promover um terceiro estágio de transformações, que seria o das modificações fundamentais do comportamental internacional.

Em consequência desse fato, alguns defendem a ideia de que a política externa de Lula primou pela “Autonomia da Diversificação”, contrapondo-se à política anterior, de Fernando Henrique Cardoso que, por sua vez, primava pela “Autonomia pela Participação”.

Analisando-se pelo ponto de vista prático, observa-se que a política da autonomia internacional pela diversificação das parcerias e espaços de ação, configura-se tendo como base três diretrizes gerais, sendo a primeira e mais evidente delas a da valorização da cooperação internacional sentido Sul-Sul, segundo a qual o Brasil busca, além de estabelecer parcerias comerciais com países em desenvolvimento, estabelecer também relações políticas para alcançar objetivos comuns.

Nesse sentido, conforme Neves Júnior (2011, p.06):

São apontadas como iniciativas as parcerias entre os países emergentes Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC), a criação do IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) em 2003, pelos ministros de relações exteriores, que é classificado como um “Fórum de Diálogo” pelos países-membros, que visa intensificar a cooperação Sul-Sul.(NEVES JUNIOR, 2011 p.06)

Como segunda evidência de mudanças na política externa brasileira durante a governo do Presidente Lula, observa-se a intensificação do processo de integração regional, sendo que esta linha de ação se apresenta como a busca da integração regional para além do seu caráter comercial, ou seja, na verdade, esta trata-se de conformar uma coordenação política subcontinental capaz de responder aos desafios da globalização e, mais especificamente, se fortalecer frente aos demais blocos de poder existentes. (NEVES JÚNIOR, 2011).

Finalizando, a terceira e última diretriz referente à mudança da política externa brasileira durante o governo Lula, diz respeito ao fortalecimento da liderança brasileira nos fóruns internacionais, através da atuação do corpo diplomático e/ou da chamada diplomacia presidencial, fazendo parte dessa estratégia o fortalecimento do multilateralismo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho se destinou a analisar a política externa do governo Lula e seus impactos sobre o Balanço de Pagamentos, aliado a um comparativo com o Governo de Fernando Henrique Cardoso.

Ao longo do trabalho também, procurou-se descrever a política externa brasileira durante o governo Lula, apresentar o balanço de pagamentos brasileiro nos anos de 1995 a 2010, bem comparar o desempenho externo – diante de uma análise das políticas econômica, política externa e balanço de pagamentos - do Governo Lula com o governo FHC.

Diante do exposto e após a análise algumas considerações podem ser levantadas. Quando FHC assumiu o governo federal a conjuntura era muito desfavorável, entretanto, as políticas econômicas de FHC foram mais expressivas, porém o impacto de muitas delas só foram percebidos a longo prazo, e já no governo Lula.

O governo Lula, contou primeiramente um cenário político-econômico mundial muito favorável (até porque a figura de Luis Inácio Lula da Silva, ganhou simpatia de muitos outros chefes de governo mundo a fora). Paralelo a isso, houveram algumas políticas públicas econômicas que foram heranças de FHC e também novas medidas adotadas pelo governo, que estavam dando resultados satisfatório.

Portanto, o que se observa é que a balança de Pagamento no governo Fernando Henrique Cardoso, não tiveram resultados positivamente expressivos. Já no governo Lula, foi possível perceber que os efeitos na balança de pagamentos foram muito favoráveis.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEL, A. B., BERNANKE, B. S., CROUSHORE, D. **Macroeconomia**. 6.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.

ALENCAR, Edgard. **Métodos de pesquisa nas organizações**. Lavras, UFLA/FAEPE, 2000.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Políticas de integração regional no governo Lula. Revista do Programa de Mestrado em Direito do UniCEUB**. Brasília, vol. 2, nº 1, p. 20-54, jan.- jun. 2005. Disponível em: <http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/index.php/buscalegis/article/view/32683/31882>. Acesso em 22/07/2014.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula**. Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília, vol. 47, nº 01, p. 162-184, 2004. Disponível em: <http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1260PEExtLula.pdf>. Acesso em 24/07/2014.

AMADO, A. M., MOLLO, M. L. R. **Noções de Macroeconomia: razões teóricas para as divergências entre os economistas**. Barueri, SP: Manole, 2003.

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Metodologia de pesquisa: monografia, dissertação, tese**. São Paulo: Atlas, 2004.

BRASIL. Presidente (2003-Lula). Discursos selecionados do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital/lancamentos-pg1?searchterm=discursos+Lula>. Acesso em 08 de novembro de 2014.

CANALINI, A. **Gestão de Investimentos**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2012.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.

CINTRA, M.; ACIOLY, L. O financiamento das contas externas brasileiras: 2003-2010. In: MONTEIRO, A. et al. Brasil em desenvolvimento 2011. Brasília: Ipea, 2012.

CORECON – GO. Câmbio flutuante Sujo. Disponível em: <http://www.corecon-go.org.br/artigos-leitura.php?id=134&chave=cambio-flutuante-sujo>

FILHO, S. F. M., VALLE, P. A. M. **Crescimento econômico com restrição no balanço de pagamentos: os fluxos internacionais de capital representam uma alternativa para a superação do estrangulamento externo?** Goiânia: UFG/NEPEC/FACE, 2011. Disponível em: http://www.face.ufg.br/siteface_files/midias/original-td-027.pdf Acessado em: 12/05/2015.

GIAMBIAGI, Fábio. (2002), **Do déficit de metas às metas de déficit: a política fiscal do governo Fernando Henrique Cardoso – 1995/2002**. Texto para Discussão, 93, Rio de Janeiro, BNDES.

GIAMBIAGI, Fabio. **Estabilização, Reformas e Desequilíbrios Macroeconômicos: Os anos FHC (1995-2002)**. In: GIAMBIAGI, Fabio, et al. (org.). Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004). São Paulo: Elsevier, 2005. Capítulo 7. p. 166-195

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo. Atlas, 2010.

GREMAUD, A. P., VASCONCELLOS, A.S. De, TONETO JUNIOR. **Economia Brasileira Contemporânea**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES JÚNIOR, Ernani de Souza. **Transição da estrutura etária e políticas públicas de qualificação profissional em Minas Gerais**. 2010.

160 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2010.

HASSIER, L. H., HILGERT, S. P. **Aprenda a investir na Bolsa de Valores**. Curitiba: IESDE Brasil S. A., 2012.

INSTITUTO LULA. Acesso em 20 de fevereiro de 2015. 2015.

JUNIOR, José Rossi, FERREIRA, Pedro C. **A evolução da produtividade industrial brasileira e abertura comercial**. Rio de Janeiro, 1999.

LOPES, L. M., DE VASCONCELLOS, M. A. S. **Manual de Macroeconomia: nível básico e nível intermediário**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MARQUES, ROSA MARIA; NAKATANI, PAULO. **A política econômica do governo Lula: Como mudar para ficar no mesmo**. Disponível em: http://www.forumdesalternativas.org/docs/politica_economica_do_governo_lula.pdf. Data do acesso: 28 de maio de 2015.

NEVES JÚNIOR, Edson José. **Uma análise da política externa do Governo Lula em relação à temática das mudanças climáticas**. Disponível em: www.marilia.unesp.br Acesso em 25/07/2014.

OLIVEIRA, G., TUROLLA, F. **Política econômica do segundo governo FHC: mudanças em situações adversas**. Tempo Social – USP. São Paulo. P. 195. Novembro de 2003.

OLIVERIA, Henrique Altemani. **Política externa brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.

PAIVA, C. A. N., CUNHA, A. M. **Noções de economia**. Brasília: Alexandre de Gusmão, 2008.

PIERRONI, T. L. **O Lulismo frente a proposta de políticas economias.** Florianópolis, 2014.

Resultados das Eleições de 1994. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1994/resultados-das-eleicoes-1994/brasil/resultados-das-eleicoes-1994-brasil>. Visto em:25/05/2015

SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador.** 1ª ed.. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOARES, Sergei, SERVO, Luciana M. Santos, ARBACHE, Jorge S. **O que não sabemos sobre a relação entre abertura comercial e mercado de trabalho no Brasil.** Rio de Janeiro, 2001

SOUZA, Bruno Mendelski de. **Breve balanço da Política Externa do Governo Lula.** Disponível em: mundorama.net/2011/01/12. Acesso em 22/07/2014.

VAZ, Alcides Costa. **O governo Lula: uma nova política exterior?** Disponível em: www.guedes.org.br Acesso em 22/07/2014.

7. ANEXOS

7.1 Tabelas Balança comercial – saldo mensal dos anos de 1995 a 2010.

Data	Balança comercial - (FOB) - saldo - US\$ (milhões)
1995.01	-303,7
1995.02	-1.060,8
1995.03	-922,7
1995.04	-469,6
1995.05	-692,4
1995.06	-776,7
1995.07	1,2
1995.08	96,7
1995.09	479,4
1995.10	329,2
1995.11	-89,1
1995.12	-57,3
1996.01	33,2
1996.02	-30,1
1996.03	-468,3
1996.04	197,5
1996.05	256,6
1996.06	-328,0
1996.07	-347,9
1996.08	-280,7
1996.09	-633,1
1996.10	-1.308,8
1996.11	-844,1
1996.12	-1.845,3
1997.01	1.172,5
1997.02	-1.103,1
1997.03	-901,4
1997.04	-905,8
1997.05	-62,6
1997.06	-363,6
1997.07	-544,1
1997.08	-294,7
1997.09	-847,1
1997.10	-851,7
1997.11	-1.286,6
1997.12	-764,8

Data	Balança comercial - (FOB) - saldo - US\$ (milhões)
1998.01	-723,8
1998.02	-220,1
1998.03	-894,0
1998.04	-52,9
1998.05	-121,8
1998.06	185,5
1998.07	-422,5
1998.08	-167,9
1998.09	-1.185,1
1998.10	-1.438,1
1998.11	-1.026,3
1998.12	-507,6
1999.01	-696,3
1999.02	102,9
1999.03	-222,0
1999.04	37,9
1999.05	308,3
1999.06	-146,5
1999.07	90,4
1999.08	-184,4
1999.09	-56,2
1999.10	-153,5
1999.11	-528,3
1999.12	248,9
2000.01	-115,7
2000.02	76,1
2000.03	21,0
2000.04	186,3
2000.05	362,1
2000.06	256,0
2000.07	116,0
2000.08	96,1
2000.09	-321,7
2000.10	-528,0
2000.11	-632,3
2000.12	-213,6

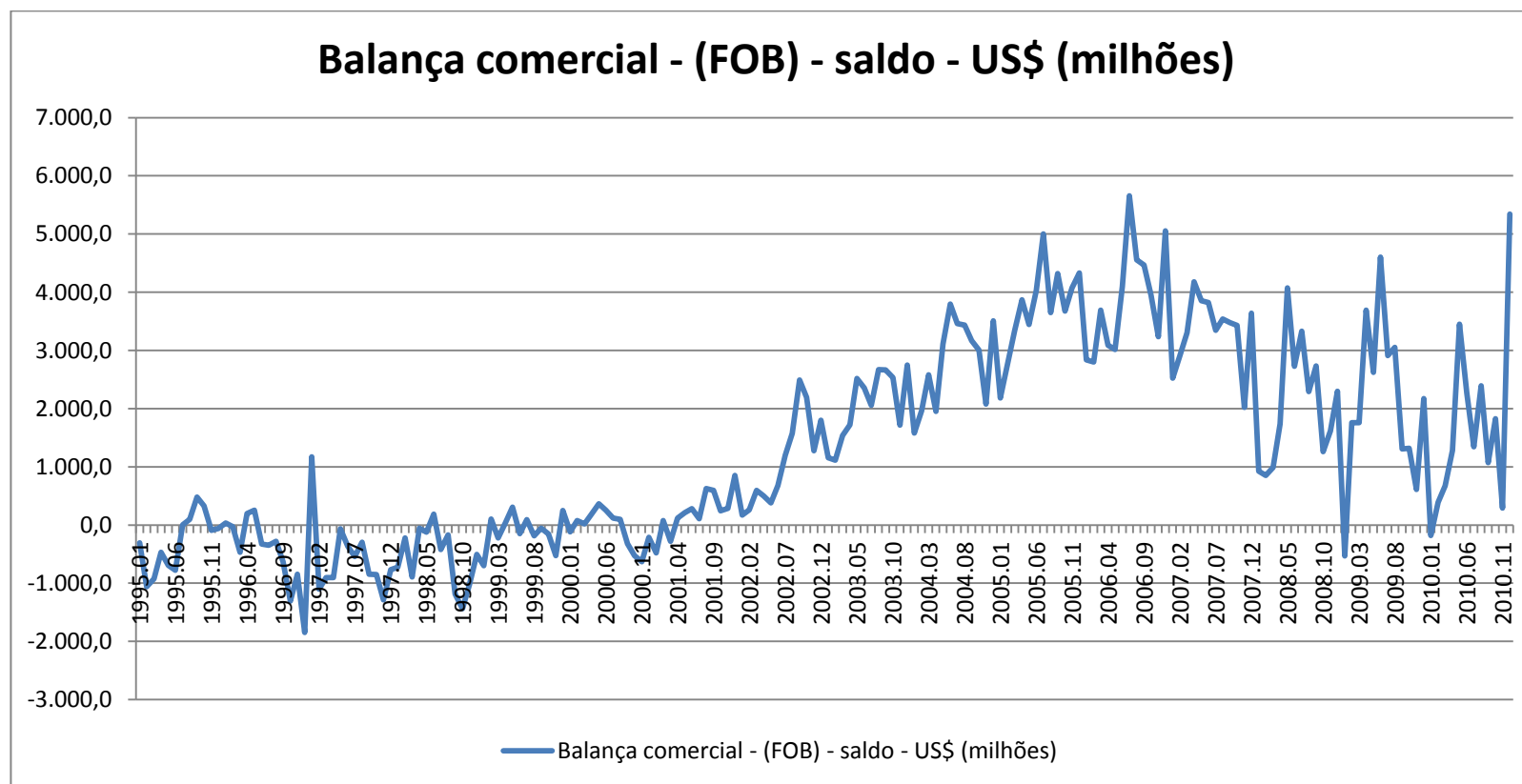
Data	Balança comercial - (FOB) - saldo - US\$ (milhões)
2001.01	-476,3
2001.02	77,7
2001.03	-279,9
2001.04	120,2
2001.05	210,9
2001.06	280,4
2001.07	107,8
2001.08	628,1
2001.09	595,7
2001.10	245,9
2001.11	286,9
2001.12	853,1
2002.01	168,9
2002.02	261,5
2002.03	597,0
2002.04	501,7
2002.05	378,0
2002.06	678,8
2002.07	1.199,8
2002.08	1.576,9
2002.09	2.489,5
2002.10	2.191,0
2002.11	1.278,3
2002.12	1.799,9
2003.01	1.155,0
2003.02	1.113,2
2003.03	1.536,4
2003.04	1.721,8
2003.05	2.517,8
2003.06	2.353,7
2003.07	2.055,4
2003.08	2.672,7
2003.09	2.664,2
2003.10	2.535,5
2003.11	1.717,3
2003.12	2.750,8
2004.01	1.582,7
2004.02	1.960,3
2004.03	2.581,8
2004.04	1.954,5
2004.05	3.109,6

Data	Balança comercial - (FOB) - saldo - US\$ (milhões)
2004.06	3.798,2
2004.07	3.463,4
2004.08	3.432,7
2004.09	3.169,6
2004.10	3.003,0
2004.11	2.076,5
2004.12	3.508,4
2005.01	2.181,5
2005.02	2.776,9
2005.03	3.341,7
2005.04	3.869,7
2005.05	3.446,1
2005.06	4.033,2
2005.07	5.004,4
2005.08	3.650,6
2005.09	4.319,3
2005.10	3.675,5
2005.11	4.074,1
2005.12	4.330,0
2006.01	2.835,3
2006.02	2.802,9
2006.03	3.690,2
2006.04	3.089,3
2006.05	3.017,3
2006.06	4.098,1
2006.07	5.659,4
2006.08	4.554,5
2006.09	4.467,9
2006.10	3.951,1
2006.11	3.238,7
2006.12	5.051,9
2007.01	2.523,3
2007.02	2.900,6
2007.03	3.303,6
2007.04	4.180,7
2007.05	3.853,5
2007.06	3.822,5
2007.07	3.344,3
2007.08	3.540,8
2007.09	3.474,7
2007.10	3.428,7

Data	Balança comercial - (FOB) - saldo - US\$ (milhões)
2007.11	2.020,6
2007.12	3.638,3
2008.01	923,3
2008.02	849,4
2008.07	3.329,6
2008.08	2.293,8
2008.09	2.732,3
2008.10	1.262,4
2008.11	1.615,2
2008.12	2.300,5
2009.01	-529,5
2009.02	1.761,1
2009.03	1.756,6
2009.04	3.692,5
2009.05	2.623,6
2009.06	4.604,3
2009.07	2.911,2
2009.08	3.053,7
2009.09	1.309,4
2009.10	1.320,3
2009.11	612,8
2009.12	2.173,9
2010.01	-180,7
2010.02	389,2
2010.03	672,2
2010.04	1.282,3
2010.05	3.450,3
2010.06	2.266,6
2010.07	1.343,6
2010.08	2.390,4
2010.09	1.071,2
2010.10	1.826,4
2010.11	291,4
2010.12	5.344,1

Data	Balança comercial - (FOB) - saldo - US\$ (milhões)
2008.03	988,0
2008.04	1.737,6
2008.05	4.075,1
2008.06	2.728,6

7.2 Gráfico - Balança comercial – saldo mensal dos anos de 1995 a 2010



7.3 Tabela Conta Capital e Financeira mensal dos anos de 1995 a 2010.

Data	Conta capital e financeira - saldo - US\$ (milhões)
1995.01	858,2290
1995.02	1.331,3020
1995.03	-2.052,5730
1995.04	410,0540
1995.05	2.853,5710
1995.06	2.136,9460
1995.07	8.600,3180
1995.08	6.325,7400
1995.09	1.708,1420
1995.10	2.100,0860
1995.11	2.677,7370
1995.12	2.145,9020
1996.01	3.309,7534
1996.02	3.779,6059
1996.03	1.574,5949
1996.04	2.624,3809
1996.05	3.328,9055
1996.06	2.266,0051
1996.07	2.139,1030
1996.08	1.396,9516
1996.09	1.028,0184
1996.10	4.807,6389
1996.11	4.179,1597
1996.12	3.533,9519
1997.01	-305,9612
1997.02	3.499,1497
1997.03	1.951,3161
1997.04	1.521,8983
1997.05	5.191,2178
1997.06	1.520,8355
1997.07	4.525,4861
1997.08	5.141,2074
1997.09	1.071,4749
1997.10	-4.492,9762
1997.11	2.355,4761
1997.12	3.821,2153
1998.01	4.705,4091
1998.02	6.358,5300
1998.03	12.446,1370
1998.04	10.228,2017
1998.05	1.266,3195

Data	Conta capital e financeira - saldo - US\$ (milhões)
1998.06	1.835,2873
1998.07	-502,4147
1998.08	465,4857
1998.09	-16.639,1681
1998.10	1.895,1800
1998.11	1.575,7657
1998.12	6.066,9190
1999.01	-5.353,8774
1999.02	457,6810
1999.03	-259,2841
1999.04	13.029,2808
1999.05	1.848,7568
1999.06	772,8781
1999.07	2.914,8841
1999.08	1.287,7363
1999.09	1.804,4343
1999.10	-227,5186
1999.11	3.609,0051
1999.12	-2.564,8373
2000.01	3.543,8932
2000.02	1.968,7567
2000.03	2.869,4590
2000.04	-7.808,2585
2000.05	807,7146
2000.06	1.898,6660
2000.07	1.699,3176
2000.08	4.330,3941
2000.09	1.499,2041
2000.10	2.352,7291
2000.11	3.854,5795
2000.12	2.309,3459
2001.01	4.920,6792
2001.02	1.303,8628
2001.03	1.690,1431
2001.04	2.948,8661
2001.05	3.123,6954
2001.06	3.741,3542
2001.07	322,2200
2001.08	1.804,8011
2001.09	5.492,0141
2001.10	-152,4007

Data	Conta capital e financeira - saldo - US\$ (milhões)
2001.11	1.387,5835
2001.12	469,4415
2002.01	1.605,0570
2002.02	1.066,0085
2002.03	2.014,6339
2002.04	-2.183,5590
2002.05	1.441,2286
2002.06	10.165,3282
2002.07	-1.766,0552
2002.08	-2.617,0913
2002.09	-111,2996
2002.10	-2.679,8512
2002.11	-809,1121
2002.12	1.879,1384
2003.01	517,7894
2003.02	-0,0884
2003.03	3.639,1144
2003.04	-47,4753
2003.05	488,2687
2003.06	4.527,7967
2003.07	-731,6729
2003.08	-764,8096
2003.09	2.415,1587
2003.10	1.471,8053
2003.11	-114,8936
2003.12	-6.290,0517
2004.01	3.631,5763
2004.02	-306,8584
2004.03	-1.978,8055
2004.04	995,4226
2004.05	-1.464,7494
2004.06	-2.773,7615
2004.07	-1.416,2417
2004.08	-2.096,2102
2004.09	-1.714,3794
2004.10	-1.728,1596
2004.11	23,2699
2004.12	1.306,0276
2005.01	1.352,0380
2005.02	4.428,6828
2005.03	1.911,4588

Data	Conta capital e financeira - saldo - US\$ (milhões)
2005.04	-1.323,5838
2005.05	-461,5444
2005.06	-1.540,3256
2005.07	-7.430,6203
2005.08	-1.045,9485
2005.09	237,1388
2005.10	2.952,3541
2005.11	2.957,2195
2005.12	-11.500,9170
2006.01	3.074,4794
2006.02	205,2412
2006.03	979,4688
2006.04	-3.816,5779
2006.05	6.491,6462
2006.06	-787,9760
2006.07	974,3498
2006.08	2.360,9536
2006.09	-132,2162
2006.10	3.064,5002
2006.11	2.647,4349
2006.12	1.959,7565
2007.01	6.156,1225
2007.02	9.628,0155
2007.03	8.956,9873
2007.04	9.642,0024
2007.05	15.837,7656
2007.06	10.457,7873
2007.07	9.611,0513
2007.08	3.489,8883
2007.09	-1.163,8170
2007.10	4.476,9436
2007.11	8.174,1023
2007.12	3.818,7498
2008.01	9.082,0564
2008.02	5.613,5884
2008.03	7.660,7567
2008.04	8.291,1073
2008.05	4.066,8940
2008.06	5.499,3694
2008.07	5.674,8522
2008.08	2.936,0308

Data	Conta capital e financeira - saldo - US\$ (milhões)
2008.09	5.273,9016
2008.10	-9.062,3749
2008.11	-8.978,3300
2008.12	-6.700,7664
2009.01	272,8578
2009.02	279,6228
2009.03	3.004,5857
2009.04	2.862,3710
2009.05	3.878,6565
2009.06	8.392,4492
2009.07	5.922,0985
2009.08	8.451,4840
2009.09	6.222,3462
2009.10	12.477,8500
2009.11	6.124,3189
2009.12	13.411,9602
2010.01	6.084,9985
2010.02	4.758,4764
2010.03	8.582,9832
2010.04	8.201,0922
2010.05	6.496,5355
2010.06	8.864,4598
2010.07	6.001,7869
2010.08	7.901,8186
2010.09	15.701,6645
2010.10	13.056,6269
2010.11	7.951,9814
2010.12	6.309,3554

7.4 Gráfico Conta Capital e Financeira mensal dos anos de 1995 a 2010.

